



www.grsa.com.br / www.compass-group.com

A **GRSA - Soluções em Alimentação e em Serviços de Suporte** em cumprimento as disposições legais e societárias tem o prazer em apresentar as Demonstrações Financeiras encerradas em 30 de Setembro de 2012. Os valores estão expressos em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## DESCRIÇÃO DO NEGÓCIO

A GRSA/Compass é líder nacional e mundial em Serviços de Alimentação e de Suporte. Está presente em mais de 50 países e há 36 anos no Brasil. Com quase 37 mil colaboradores no País, atende empresas, escolas, hospitais, aeroportos, terminais rodoviários, plataformas de petróleo e locais remotos em quatro - onde serve um total de 1,5 milhão de refeições por dia, além de prestar serviços de suporte como portaria, jardinagem, limpeza e recepção. Administra cerca de 2 mil unidades, por 400 municípios do País. Mais informações nos sites [www.grsa.com.br](http://www.grsa.com.br) e [www.compass-group.com.br](http://www.compass-group.com.br)

## CENÁRIO ECONÔMICO

A GRSA fechou o ano de 2012 com o faturamento bruto de R\$ 2.395 bilhões, um aumento de 12,9% em relação ao ano anterior. O crescimento é reflexo do aumento das vendas e retenção de clientes, consolidando a GRSA como líder nacional e mundial em Serviços de Alimentação e de Suporte.

O cenário econômico brasileiro apresentou um baixo desempenho em 2012, acompanhando as dificuldades do mercado mundial. A recessão em certos segmentos da economia brasileira, contribuiu para redução do PIB e, em paralelo, para o alto nível de inflação alimentar e salarial, geraram dificuldades para o segmento de serviços de alimentação e suporte. Apesar disso, a GRSA prevê perspectivas muito positivas para o futuro. Temos oportunidades estruturais em cada setor que atuamos. Com uma posição financeira forte, e o apoio de um acionista mundial, pretendemos dar continuidade aos investimentos em nosso negócio para atingir essas oportunidades.

## GR S.A. e Controladas - CNPJ nº 02.905.110/0001-28

### BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011			2012	2011	2012	2011
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	53.086	39.980	56.970	40.945	Empréstimos	13	30.069	112	30.069	112
Contas a receber	7	293.933	238.635	311.038	250.871	Fornecedores	14	125.029	112.133	128.003	114.164
Estoques	8	28.902	25.892	29.120	25.892	Salários e obrigações sociais	15	126.372	110.749	144.980	126.372
Despesas antecipadas		11.952	15.862	15.289	18.662	Obrigações tributárias	16	14.791	13.230	16.147	14.591
Impostos a recuperar	9	24.120	13.339	29.853	19.294	Impostos parcelados		1.654	1.356	2.546	2.189
Outros créditos e direitos		4.172	4.028	5.190	4.903	Partes relacionadas	20	786	626	786	626
Partes relacionadas	20	191	191	191	191	Outras contas a pagar		1.468	1.468	1.468	1.468
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>416.165</b>	<b>337.927</b>	<b>447.460</b>	<b>360.758</b>	<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>316.224</b>	<b>250.594</b>	<b>340.785</b>	<b>270.448</b>
<b>Não Circulante</b>						<b>Não Circulante</b>					
Impostos a recuperar	9	7.773	8.504	7.773	8.504	Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	17	89.708	64.598	89.708	64.598
Impostos diferidos	18	11.311	4.556	11.451	4.837	Partes relacionadas	20	202.347	202.347	201.501	201.501
Partes relacionadas	20	19.479	11.203	11.451	4.837	Impostos parcelados		2.894	3.846	6.904	8.406
Depósitos judiciais		871	843	1.364	1.309	Provisão para perdas em investimentos	10	13.719	10.955	-	-
Investimentos	10	46.929	47.383	-	-	<b>Total do Passivo não Circulante</b>		<b>308.668</b>	<b>281.746</b>	<b>298.113</b>	<b>274.505</b>
Imobilizado	11	113.988	105.995	117.010	107.398	<b>Patrimônio Líquido</b>					
Intangível	12	242.302	240.979	287.786	287.141	Capital social	19	124.532	124.532	124.532	124.532
<b>Total do Ativo não Circulante</b>		<b>442.653</b>	<b>419.463</b>	<b>425.364</b>	<b>409.245</b>	Reservas de capital	19	4.045	2.760	4.045	2.760
						Reservas de lucros	19	105.349	97.758	105.349	97.758
						<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>233.926</b>	<b>225.500</b>	<b>233.926</b>	<b>225.500</b>
						<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>858.818</b>	<b>757.390</b>	<b>872.824</b>	<b>770.003</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto juros sobre capital próprio por ação)

Saldo em 30 de Setembro de 2010	Nota explicativa	Capital social	Incentivos fiscais	Reservas de capital		Reservas de lucros		Total do patrimônio líquido
				Para planos de opção de compra de ações	Legal	Retenção de lucros		
Lucro líquido do exercício		124.532	122	2.014	3.342	42.416	-	172.426
Contribuição do acionista - plano de opção de compra de ações		-	-	624	-	-	72.878	624
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal		-	-	-	3.644	(3.644)	-	-
Juros sobre o capital próprio distribuídos (R\$0,57 por ação)		-	-	-	-	(20.878)	-	(20.878)
Reserva de lucros		-	-	-	48.356	(48.356)	-	-
<b>Saldo em 30 de Setembro de 2011</b>		<b>124.532</b>	<b>122</b>	<b>2.638</b>	<b>6.986</b>	<b>90.772</b>	<b>225.500</b>	<b>225.500</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	21.734	21.734
Contribuição do acionista - plano de opção de compra de ações	19(b)	-	-	1.285	-	-	-	1.285
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal	19(d)	-	-	-	1.087	(1.087)	-	-
Juros sobre o capital próprio distribuídos (R\$0,37 por ação)	19(c)	-	-	-	-	(14.143)	-	(14.143)
Reserva de lucros - organismo de capital	19(e)	-	-	-	6.504	(6.504)	-	-
<b>Saldo em 30 de Setembro de 2012</b>		<b>124.532</b>	<b>122</b>	<b>3.923</b>	<b>8.073</b>	<b>97.276</b>	<b>233.926</b>	<b>233.926</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FIMDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

**1. Contexto Operacional:** A GR S.A. ("Companhia") foi constituída em 15 de dezembro de 1998, com sede no Estado de São Paulo, tendo por objeto social o fornecimento de refeições e serviços conexos, inclusive a preparação e o fornecimento de refeições em instalações de terceiros. A Companhia atende a todas as necessidades de alimentação dos clientes, com soluções como restaurantes, lanchonetes, serviços de lanches, "coffee breaks" e eventos, entre outros. A Companhia está presente em empresas, escolas, hospitais, terminais de passageiros e em locais remotos, como plataformas de petróleo e operações no meio da Floresta Amazônica. Em 4 de maio de 2010, a Companhia adquiriu a totalidade das cotas das companhias Clean Mall Serviços Ltda. e FB Projetos Multi Services Ltda., por meio da companhia controlada Abelarias Participações Ltda., atuantes nos segmentos de limpeza, manutenção e serviços de segurança. A aquisição fez parte de uma estratégia global do Compass Group, acionista controlador da Companhia, que acompanha a tendência do modelo de fornecimento de serviços de suporte atrelado à otimização de gestão e visa aumentar a presença da Companhia no segmento de serviços, no qual vem ganhando mercado nos últimos anos.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: **a)** As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado (IFRS e BR GAAP). **b)** As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto de demonstrações, lido a lido. **2.2. Neutralidade para fins tributários da aplicação das Leis nº 11.630/07 e nº 11.941/09:** A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941/09, em substituição ao regime de tributação na Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da Contribuição para o Programa de Integridade Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS contínuo sendo determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis adotadas das Leis nº 11.630/07 e nº 11.941/09, foram, quando aplicável, registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. **2.3. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contrapartidas pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão divulgadas na nota explicativa nº 3 de demonstrações financeiras.

**3. Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes: **a) Princípios gerais:** Receitas e despesas são apuradas de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados e as mercadorias transferidas. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo o imposto calculado sobre as vendas. **b) Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para mil, exceto quando indicado de outra forma. **c) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas foram parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Para o exercício findo em 30 de setembro de 2012, a Companhia e suas controladas só possuíam ativos financeiros classificados sob as categorias de: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no exercício em que ocorrem. Em 30 de setembro de 2012, no caso da Companhia e suas controladas, compreendem os saldos em aplicações financeiras de curto prazo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6. **Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou amortizáveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no fim de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. **Contas a receber:** As contas a receber são avaliadas por indicadores de redução ao valor recuperável no fim de cada exercício, após a reavaliação, e imediatamente reconhecidas no resultado. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros. A Companhia não possui passivos classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A Companhia efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro bruto e a contrapartida paga ou a pagar é reconhecida no resultado. **d) Estoques:** São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo custo de aquisição e avaliados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao custo de aquisição estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. Os descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes obtidos de fornecedores são deduzidos na determinação do custo de aquisição, conforme mencionado na nota explicativa nº 8. **e) Combinação de negócios e investimentos em controladas: Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia e suas controladas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas diretas relacionadas a seguir:

Controlada	Principal atividade	Participação	
		2012	2011
Socenco Sociedade de Compras Indústria e Comércio Ltda.	Comércio atacadista	100%	100%
Clean Mall Serviços Ltda.	Limpeza e manutenção	100%	100%
GRSA Serviços Ltda.	Serviços de segurança	100%	100%

Não houve durante o exercício mudança nas participações da Companhia em controladas existentes. **Combinação de negócios:** Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, incluindo o valor justo dos ativos intangíveis relativos a relacionamento de clientes, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. O ágio corresponde a um ativo representando os benefícios econômicos futuros (rentabilidade futura) decorrentes de outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, que não são identificados individualmente nem reconhecidos separadamente, sendo mensurado, portanto, como o excesso da soma da contrapartida transferida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos transferidos. O valor residual dos ativos e passivos líquidos dos ativos adquiridos ou passivos transferidos que exceder o custo de aquisição é considerado como custo de aquisição, após a reavaliação, e imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas e o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente. Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **f) Imobilizado:** Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em imóveis de terceiros, que são amortizadas de acordo com o prazo dos contratos de locação dos imóveis. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre o valor dos recursos recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado residual do item. O valor do imobilizado é baseado imediatamente no valor contábil dos ativos e passivos assumidos imediatamente após o valor recuperável, conforme nota explicativa nº 3. **g) Arrendamentos:** São classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário e são depreciados pela vida útil econômica dos bens arrendados. Os arrendamentos operacionais são registrados diretamente no resultado do exercício, no momento em que incorrem os fatos geradores. **h) Intangível:** Está representado principalmente por: (i) valores dos ágios pagos nas aquisições de controladas (i); (ii) valores alocados a título de relacionamento com clientes pagos na aquisição de investimentos em controladas (i); e (iii) licenças de softwares. Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada

de pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros, conforme mencionado na nota explicativa nº 12. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável, conforme nota explicativa nº 3. **i) Passivos financeiros individuais:** Esses valores estão demonstrados nas demonstrações financeiras individuais. **ii) Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado e intangível:** No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio) ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. A perda por redução do valor recuperável sobre o ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio) ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. A perda por redução do valor recuperável sobre o ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio) ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. A perda por redução do valor recuperável sobre o ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio) ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. A perda por redução do valor recuperável sobre o ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio) ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. A perda por redução do valor recuperável sobre o ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio) ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. A perda por redução do valor recuperável sobre o ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio) ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. A perda por redução do valor recuperável sobre o ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio) ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. A perda por redução do valor recuperável sobre o ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio) ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. A perda por redução do valor recuperável sobre o ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

**11. Imobilizado**

Móveis e utensílios	Benefeitorias em imóveis de terceiros	Veículos	Equipamentos de informática	Equipamentos	Instalações	Controladora	
						Ustensílios de restaurante	Total
Taxa anual de depreciação	10%	(*) 20%	33%	10%	10%	10%	
Custo	71.866	59.979	1.396	24.204	13.301	9.439	223.639
Depreciação acumulada	(23.549)	(35.878)	(857)	(16.596)	(5.403)	(3.795)	(17.282)
Provisão para perda ao valor recuperável	(5.155)	(528)	-	(170)	(35)	(108)	(305)
Saldo líquido em 30 de setembro de 2012	43.162	23.573	539	7.448	7.863	5.536	25.867
Saldo líquido em 30 de setembro de 2011	43.584	18.825	716	7.987	6.437	5.550	22.896

**16. Obrigações Tributárias**

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
COFINS	6.069	5.672	6.487	5.750
PIS	1.586	1.432	1.643	1.436
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4.349	4.680	4.349	4.680
Provisão para IRPJ	-	-	171	137
Provisão para CSLL	-	-	112	93
Outras	2.787	1.446	3.385	2.959
	<b>14.791</b>	<b>13.230</b>	<b>16.147</b>	<b>14.959</b>

**17. Provisão para Riscos Cíveis, Fiscais e Trabalhistas:** a) Provisão para riscos: A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes e quanto às ações trabalhistas e cíveis, bem como na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso, como segue:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Cível	855	855
Tributária	130.430	95.205
Trabalhista	14.781	14.955
	<b>146.240</b>	<b>110.821</b>
	(56.532)	(46.223)
	<b>89.708</b>	<b>64.598</b>

**Valores a receber**

2012	2011	2012	2011
Compass Group International Purchasing	-	167	-
Compass Group Holdings PLC	-	-	786
Compass Group (Singapore) Pte Ltd.	-	24	-
Compass Group International Finance CV	-	-	201.501
<b>Total</b>	-	<b>191</b>	<b>202.287</b>
Circulante	-	191	786
Não circulante	-	-	201.501

Em 4 de março de 2008, a controladora incorporou Compass Brasil Participações Ltda. firmou contrato de termo de assunção com a Compass Group International Finance CV no valor de R\$286.500, tendo sido parte convertida em capital social no próprio ano. Assim, quando da incorporação da antiga controladora, o saldo do principal era de R\$201.501. O referido empréstimo foi cedido em moeda brasileira sujeito a encargos anuais limitados à taxa SELIC mais 3%, devidos e calculados em período subsequente a exercícios que apresentem base positiva de resultado antes dos impostos e resultado financeiro e com prazo de pagamento de 51 anos. O pagamento de encargos é feito em parcelas devidas no último dia útil de cada trimestre.

**20.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração**

Controladora e Consolidado	
2012	2011
Benefícios de curto prazo	3.896
Pagamento baseado em ações	702
<b>Total</b>	<b>4.598</b>

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para o pessoal-chave da Administração.

**21. Instrumentos Financeiros: Gestão de risco de capital.** A Companhia e suas controladas administram seu capital para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos deduzidos por caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital, reservas de capital e reserva de lucros, conforme apresentado na nota explicativa nº 20).

**21.1. Categorias de instrumentos financeiros**

Controladora		Consolidado	
2012	2011	2012	2011
<b>Ativos financeiros</b>			
Valor justo por meio do resultado:			
Certificados de Depósito Bancário - CDBs			
52.286	34.737	56.420	34.914
Empréstimos e recebíveis:			
Caixa e bancos	800	5.243	550
Contas a receber	293.933	238.635	311.038
Partes relacionadas	19.479	11.394	-
<b>Total</b>	<b>366.498</b>	<b>290.009</b>	<b>368.008</b>

**12. Intangível**

Móveis e utensílios	Benefeitorias em imóveis de terceiros	Veículos	Equipamentos de informática	Equipamentos	Instalações	Controladora	
						Ustensílios de restaurante	Total
Saldos líquidos em 30 de setembro de 2010	35.570	15.960	345	6.653	6.021	4.521	16.614
Adição	15.772	8.606	619	4.553	1.810	1.872	11.365
Reversões	(2.126)	(160)	(68)	(73)	(615)	(163)	(2.065)
Depreciação	(5.899)	(6.491)	(180)	(3.308)	(1.104)	(809)	(3.254)
Saldo líquido em 30 de setembro de 2011	43.584	18.825	716	7.987	6.437	5.550	22.896
Adição	15.188	13.652	11	3.634	2.699	1.339	8.700
Reversões	(4.807)	(996)	-	(491)	(464)	(501)	(2.017)
Depreciação	(7.067)	(8.294)	(188)	(3.697)	(1.219)	(901)	(3.957)
Saldo líquido em 30 de setembro de 2012	43.162	23.573	539	7.448	7.863	5.536	25.867

**18. Imposto de Renda e Contribuição Social:** A reconciliação da alíquota efetiva combinada de imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Controladora e Consolidado	
			2012	2011
<b>1.031</b>	<b>84.811</b>	<b>20.429</b>	<b>(35.825)</b>	<b>70.446</b>
Adições	-	12.994	7.559	9.935
Atualização	53	-	786	839
Reversões	(137)	(2.600)	(8.737)	(11.474)
Baixa por pagamento	(92)	-	(5.276)	(5.148)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2011</b>	<b>855</b>	<b>95.205</b>	<b>14.781</b>	<b>64.598</b>
Adição	43.646	7.657	(10.941)	40.362
Atualização	-	3.861	-	3.580
Reversões	-	(5.000)	(908)	(5.550)
Baixa por pagamento	-	(7.282)	(6.632)	(632)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2012</b>	<b>855</b>	<b>130.430</b>	<b>14.955</b>	<b>89.708</b>

**Riscos tributários:** • Uso de créditos de PIS e COFINS sobre certas despesas incorridas a partir da Lei nº 10.865/04, no valor total de R\$35.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais foram depositados judicialmente. A Companhia e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$56.839, dos quais R\$28.462 foram registrados durante o exercício encerrado em 30 de setembro de 2012 em razão de mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuados pelos assessores jurídicos, em contrapartida à rubrica "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. • Majoração da alíquota de COFINS de 2% para 3% durante o período de setembro de 1999 a janeiro de 2000, no valor de R\$1.589/00, no valor total de R\$25.142 em 30 de setembro de 2012, os quais